-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho;

Regime jurídico dos eleitos locais — Lei n.º 29/87, de 30/06, na republicação da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro;

Relação jurídica do emprego — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, 218/98, de 17 de Julho, 407/91, de 17 de Outubro, e 409/91, de 17 de Outubro, e Lei n.º 6/92, de 24 de Abril;

Regime jurídico do horário de trabalho — Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

Balanço social e auditorias de recursos humanos — Decretos-Leis n.ºs 190/96, de 9 de Outubro, e 131/96, de 13 de Agosto;

Regime jurídico de férias, faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio;

Sistema retributivo e regime jurídico de prestações familiares — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 420/91, de 29 de Outubro, 133-B/97, de 30 de Maio, e 341/99, de 25 de Agosto, e 176/2003, de 2 de Agosto;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Sistema integrado de avaliação do desempenho da Administração Pública — Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e Decretos Regulamentares n.ºs 19-A/2004, de 14 de Maio, e 6/2006, de 20 de Junho;

Regime jurídico de protecção social dos funcionários e agentes da administração local — Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 234/2005, de 30 de Dezembro;

Regime jurídico de aposentação e sobrevivência — Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, na versão actualizada constante do *site* www.cga.pt;

Regime jurídico de urbanização e edificação — Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho;

Imposto municipal sobre imóveis e imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis — Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro.

3.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, constam da acta n.º 1 da reunião do júri do concurso, sendo facultada aos candidatos quando solicitada.

4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas pelos assistentes principais que reúnam os requisitos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, mediante requerimento dirigido ao presidente do júri e entregue pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Braga (Departamento de Recursos Humanos), Convento do Pópolo, 4704-514 Braga, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso.

4.2 — Do requerimento, cujo modelo facultativo poderá ser obtido no Departamento de Recursos Humanos ou através do *site* www.cmbraga.pt, deverá constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, residência, telefone, número fiscal de contribuinte, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;

b) Concurso a que se candidata, com indicação da data do presente aviso;

c) Indicação da actual carreira e categoria e da data da respectiva nomeação;

d) Indicação das classificações de serviço legalmente exigidas.

4.3 — Os candidatos não pertencentes ao quadro deste município deverão fazer prova, mediante declaração emitida pelo serviço de origem, da natureza do vínculo que possuem à função pública, da antiguidade de serviço na categoria e carreira e das classificações de serviço, sob pena de exclusão.

4.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas, nos termos da lei.

5 — A relação dos candidatos admitidos bem como a lista de classificação final serão afixadas nos locais de estilo do município, sem prejuízo do cumprimento do previsto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 1000307054

Aviso DRH n.º 33/06

Nos termos do prescrito no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que o presidente da Câmara Municipal de Braga procedeu às seguintes nomeações:

Foram nomeados definitivamente Alice Fernanda Antunes Marinho, Carolina Rosário Pinheiro Antunes Bettencourt, Daniel Jorge Lima Oliveira Carneiro, Daniel Macedo Rocha, Humberto Vassallo Azevedo, João Paulo Campos Cardoso, José Fernandes Alves, José Romeu Fernandes Pinto, Luís Filipe Cunha Pereira, Marcelo Pereira Azevedo, Marco Filipe Costa Ribeiro Silva, Maria Lúcia Antunes Lopes, Paula Alexandra Coelho Ferreira, Paula Alexandra Vilaça Oliveira, Sandra Maria Costa Pereira, Sílvia Cristina Silva Portelo, Sílvia Maria Faria Costa, Sónia Maria Soares Rodrigues Vilela e Teresa Carla Monteiro Barbosa, por despacho de 16 de Outubro de 2006, para a categoria de agente municipal de 1.ª classe da carreira de polícia municipal, ficando posicionados no escalão 1, índice 222, precedido que foi concurso interno de acesso misto.

Foi renovada a comissão de serviço de Alice Maria Lima Ferreira, por um novo período de três anos, conforme despacho de 1 de Setembro de 2006, para o cargo de chefe de divisão de Operações Urbanísticas, nos termos do previsto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

Foi renovada a comissão de serviço de Francisco Duarte Salazar Rodrigues Oliveira, por um novo período de três anos, conforme despacho de 28 de Julho de 2006, para o cargo de chefe de divisão de Ambiente e Espaços Verdes, nos termos do previsto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

Os nomeados deverão assinar o termo de aceitação de nomeação no prazo legal de 20 dias.

18 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*. 1000307055

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE

Aviso

Reclassificação profissional — Nomeação definitiva

Para os efeitos previstos na alínea *a*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 9 de Outubro corrente, João Maria Pires Barroqueiro foi nomeado definitivamente mediante procedimento de reclassificação profissional para a categoria de cantoneiro de limpeza, findo o período de nomeação em comissão de serviço extraordinária, com posicionamento no escalão 2, índice 165, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Grincho Ribeiro*. 1000307051

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Aviso

Reclassificação profissional

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 16 de Outubro de 2006 e no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ao abrigo da alínea *e*) do artigo 2.º e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que aplica à administração local o Decreto-Lei n.º 498/99, de 19 de Setembro, foi reclassificado o funcionário Álvaro António da Conceição Alexandre, do grupo de pessoal operário qualificado, com a categoria/carreira de operário (carpinteiro), escalão 3, índice 160, para o grupo de pessoal auxiliar, categoria de cantoneiro de limpeza, escalão 2, índice 165.

O funcionário reclassificado deverá aceitar o respectivo lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*. 1000307028

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 231

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe — engenheiro do ambiente (estagiário).

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 16 de Outubro de 2006 e nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenheiro do ambiente pertencente ao quadro do pessoal próprio desta autarquia e ao serviço da Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente.

2 — Vencimento — a remuneração será a resultante do regime previsto no Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e respectivos anexos, sendo de € 1033,36, índice 321, no período de estágio (sem prejuízo do direito de opção pela remuneração do lugar de origem no caso de candidatos já providos definitivamente) e de € 1287,68, escalão 1, índice 400, aquando do ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe.

3 — Forma de ingresso — regime de estágio.

3.1. — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano, findo o qual os estagiários serão ordenados em função da classificação obtida.

3.2 — A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária ou de contrato administrativo de provimento, conforme o candidato já possua ou não nomeação definitiva na função pública.

3.3 — A classificação final do estágio traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples dos seguintes factores:

- Classificação do relatório de estágio;
- Classificação de serviço no período de estágio;
- Classificação obtida no conjunto de acções de formação efectuadas.

3.4 — Os estagiários aprovados com classificação não inferior a *Bom* (14 valores) serão providos a título definitivo nos lugares vagos de técnico superior.

3.5 — A avaliação e a classificação final do estágio competem ao júri de estágio, que terá a mesma composição do júri definido para a selecção.

4 — O concurso reger-se-á, nomeadamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 265/88, de 28 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, 29/2001, de 3 de Fevereiro, e 204/98, de 11 de Julho, e, em conformidade com o disposto no seu artigo 27.º, faz-se constar:

5 — O concurso é de provimento, válido para a vaga posta a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

6.1 — Gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — Especiais — poderão ser opositores ao concurso indivíduos possuidores de licenciatura em Engenharia do Ambiente.

6.3 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, poderão ser opositores ao concurso pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, possuidoras dos requisitos referenciados nos n.ºs 6.1 e 6.2, as quais, em caso de igualdade de classificação, têm preferência, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

7 — Os métodos de selecção dos concorrentes e a natureza, forma e duração das provas são: prova teórica escrita de conhecimentos gerais, com a duração de uma hora e trinta minutos (com carácter eliminatório), avaliação curricular (com carácter eliminatório) e entrevista profissional de selecção.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, e nela irão ser ponderadas as habilitações académicas de base, a experiência profissional e a formação profissional.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e nela irão ser ponderados a qualidade da experiência profissional anterior, a motivação e o interesse, responsabilidade e espírito de equipa.

7.1 — Sistema de classificação final — o ordenamento final dos concorrentes, pela aplicação dos métodos de selecção mencionados no n.º 7, será expresso de 0 a 20 valores.

Na classificação final adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que, nas fases ou métodos de selecção eliminatórios ou na classificação final, obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores, e será obtida através da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTC + AC + EPS}{3}$$

sendo:

- CF — classificação final;
PTC — prova teórica de conhecimentos;
AC — avaliação curricular;
EPS — entrevista profissional de selecção.

8 — Programa das provas:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;
Regime de faltas, férias e licenças;
Código do Procedimento Administrativo.

No âmbito da realização das provas de conhecimentos, os candidatos poderão consultar a legislação constante dos respectivos programas.

9 — Legislação a consultar:

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 45 de Maio, e Decretos-Leis n.ºs 157/2001, de 11 de Maio, e 169/2006, de 17 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

10 — Constituição do júri do concurso:

Efectivos:

Presidente — Paulo Alexandre Mateus do Carmo, vereador.
Vogais:

Cristina Maria Rita Campos, chefe da DSUA.
José Luís Carneiro Cirilo, técnico superior assessor principal — psicólogo.

Suplentes:

Presidente — Cristina Maria Rita Campos, chefe da DSUA.

Vogais:

Carlos Fernando R. C. L. L. Alves, técnico superior de 2.ª classe — arquitecto paisagista.

Maria Paula Revés de Brito, chefe da DOMTO.

11 — Descrição breve do conteúdo funcional do lugar a prover — as referenciadas no despacho n.º 1196/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 21 Janeiro de 2003, tais como: exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, inerentes à respectiva licenciatura, inseridas, nomeadamente, nos seguintes domínios de actividade: análise, estudos e emissão de pareceres, numa